

QUAL A FUNÇÃO DA ESCOLA INDÍGENA DIFERENCIADA NA CONSTRUÇÃO DO FUTURO DO POVO KAIOWÁ/GUARANI?¹

**Um estudo a partir das lideranças, rezadores, pais e
professores indígenas**

José Manfroï*

“Sabemos que tem em alta conta o tipo de ensino praticado nesses colégios e que a instrução de nossos jovens seria muito dispendiosa para vocês. Estamos certos de que sua proposta visa o nosso bem e agradecemos de todo o coração. Mas vocês bem sabem que diferentes povos têm diferentes concepções a respeito das coisas e, portanto, não nos levarão a mal se dissermos que nossas idéias sobre educação não coincidem com as suas. Tivemos experiências delas. Alguns dos nossos jovens foram no passado estudar em colégios das províncias do Norte. Aprenderam todas as ciências. Mas quando voltaram para casa, tinham se tornado maus andarilhos, ignorantes dos meios de se viver nos bosques... não serviam para caçadores nem para guerreiros, nem para conselheiros. Estavam muito bem preparados... para nada. Estamos, porém, sensibilizados com a oferta que nos fazem, embora não possamos aceitá-la. E para demonstrar nossos sentimentos de gratidão, se os cavaleiros da Virgínia nos mandarem uma dúzia de seus filhos para

¹ O Programa Kaiowá/Guarani conta com o financiamento do CNPq, na linha Projeto Integrado de Pesquisa.

* Doutorando em Educação.

educá-los, nós cuidaremos deles, haveremos de ensinar-lhes tudo o que sabemos, e faremos deles Homens de verdade” (MCLUHAN, 1996).

O presente artigo pretende apresentar idéias básicas, desenvolvidas no projeto de pesquisa junto aos Kaiowá/Guarani da grande Dourados. A continuidade da pesquisa busca respostas junto às comunidades indígenas, de modo especial junto às lideranças, rezadores, pais e professores, sobre o papel da escola indígena diferenciada na construção do futuro do referido povo. Pretende, também, fundamentar-se na análise e busca das possíveis causas dos índices de reprovação e evasão², apresentados pelas atuais escolas indígenas localizadas nas aldeias. O entendimento do “papel da escola na construção do futuro do povo Kaiowá/Guarani”, não se restringe a dar uma resposta simplesmente acadêmica, mas é, acima de tudo, um trabalho reflexivo que permitirá avançar na intervenção, entendida como um compromisso de engajamento do pesquisador na comunidade objetivando a construção de alternativas de solução para a escola indígena e, conseqüentemente, a contribuição e engajamento desta escola, na busca de alternativas para a melhoria da qualidade de vida das referidas populações.

Ao defendermos a escola diferenciada para as populações indígenas partimos do pressuposto de que, apesar de ser uma criação da sociedade burguesa, com a função precípua de manter a ordem social e difundir e reproduzir os valores da classe dominante, é, no contexto atual, a instituição por excelência, responsável pela divulgação do saber historicamente sistematizado. Sendo assim, a educação escolar, como ato de interação entre pessoas, está a serviço da manutenção ou construção de um determinado tipo de sociedade. Concordamos com Marta Maria Azevedo quando fala: “*A escola enquanto instituição é e sempre foi uma instituição colonial, civilizatória. Sempre*

² Nas escolas da aldeia de Caarapó, em 1996, o índice de reprovação e evasão somados, chegou a 70%. Com um programa da Secretaria de Educação de Caarapó e a assessoria do Cimi e posteriormente do Programa Kaiowá/Guarani este índice baixou para 47% em 1997. (Sec. Ed. de Caarapó/MS).

*foi usada, tanto no Brasil quanto em outros países, para colonizar, para civilizar*³.

A indigenista Rosa Helena Dias da Silva, em mesa-redonda no 10º COLE, Unicamp, São Paulo (1995), em sua intervenção, objetiva este período como “escola da conquista”:

“Como se sabe, os projetos de escola para índios, ao longo da história do Brasil, sempre estiveram aliados às intenções integracionistas e colonizadoras. Neste sentido, somaram forças a outros mecanismos de cunho civilizatório, com ênfase na negação (e mesmo na extinção) da diferença. A escola surge então, para os povos indígenas, com a chegada do colonizador e em conjunto com a ação evangelizadora da Igreja. Denotam duas atitudes explicitamente etnocêntricas de encontrar o outro - o diferente - e oferecer-lhe (ou seria impor-lhe?) a sua verdade como única. Sobressai, desde o início do contato, uma visão deturpada e preconceituosa, que foi vista como ameaça a um certo modelo, que se pretendia universal, a ser imposto pela força das armas e das idéias” (SILVA, 1996).

Sendo assim quando falamos em escola indígena corremos o risco de estarmos pensando em escola a partir do projeto de sociedade que temos, sem tentar conhecer primeiro o projeto de sociedade que cada povo indígena tem em mente para si próprio.

Esta possibilidade está clara para Anastácio Peralta, liderança atual entre os Kaiowá/Guarani, membro do aty guasu⁴ e representante do Teko-jojá⁵ quando afirma que: “... *atí vem as escolas, onde no livro já tem escrito que índio tem outras histórias, mas é mentira esta parte*”. E continua:

³ AZEVEDO, 1997, p. 148.

⁴ Aty guasu - significa Grande Reunião. É uma organização das lideranças, em especial dos capitães de todas as áreas indígenas Kaiowá/Guarani na região da grande Dourados.

⁵ Organização dos rezadores Kaiowá/Guarani, com o objetivo da preservação da mística e das tradições religiosas, conforme a cultura.

“... quando você vai numa escola e fala que aquele bicho é feio, é brabo, você acaba crescendo com aquela idéia, mesmo o bicho sendo mansinho, a criança não vai lá não, acredita que aquele bicho é brabo. No país nosso, nós tem o índio, como um bicho fera, um bicho brabo. (...) Então, isto está na cabeça da sociedade branca, não-índia. Passa de aluno prá aluno, de pai prá filho e continua aquilo” (PERALTA, 1997).

No Brasil, a implantação da educação escolar junto aos povos indígenas, objetivou impor-lhes o “*modus vivendi*” europeu. Os missionários através da religião e da educação, impuseram o projeto de sociedade do branco ao projeto de sociedade do índio.

“Nos aldeamentos os índios eram obrigados a aprender os costumes dos brancos.

Eram proibidos de praticar os seus próprios costumes, de usar os enfeites deles, de fazer as festas deles, de tratar os doentes com os pajés deles (...) Quando os índios faziam diferente, quando os índios não viviam do jeito que os missionários ensinavam, eles eram castigados” (PAULA, 1987).

A consciência de que a escola está inserida em um contexto mais amplo, adverte-nos para inúmeras atitudes equivocadas no que se refere à educação escolar indígena. As respostas deverão ser buscadas e sistematizadas a partir da compreensão do cotidiano das aldeias; dos depoimentos das lideranças, rezadores, pais e professores; da avaliação permanente da atual escola. A construção desta nova escola pressupõe necessariamente o engajamento dos pesquisadores junto às comunidades Kaiowá/Guarani, bem como muita sensibilidade para compreender as grandes questões colocadas em conversas, encontros, reuniões e entrevistas explicitadas ou subjacentes nos documentos do movimento dos professores indígenas já encaminhados aos órgãos oficiais.

Conforme comunicação da professora, jornalista e indigenista, Veronice Lovato Rossato, que há mais de dez anos tem envolvimento com as comunidades Kaiowá/Guarani:

“constatata-se que a escolarização oficial, mantida por Prefeituras e Missões Evangélicas, em sua grande maioria assessorados pelo SIL (Summer Institute of Linguistics), ainda hoje segue, com raras exceções, os modelos assimilacionista⁶ e integracionista⁷, com muita resistência à implementação de novos conceitos educacionais e novas disposições legais em vigor.”

Este tipo de prática histórica, ligada a antigos modelos, leva as comunidades indígenas a uma cristalização de conceitos quanto ao papel e finalidade da escola, segundo os quais qualquer tentativa de resgate cultural ou trabalho bilíngüe é entendido como retrocesso e atraso. Nega-se assim, a possibilidade de construção de uma escola adequada à sua realidade, à sua cultura e à expectativa de futuro como sociedades etnicamente diferenciadas, porém inseridas num contexto de diálogo intercultural.

A jornalista continua:

“Entre os Kaiowá/Guarani do MS, a consciência da necessidade de se constituir uma escola indígena própria e diferenciada ocorre de forma lenta, dependendo do fôlego das instituições envolvidas no processo e, principalmente, do movimento dos professores indígenas. A partir de 1985, foram realizadas experiências escolares alternativas em Caarapó, Guaimbé, Amambai, Juty, Aroeira, Pirakuá, Dourados, Cerrito, Porto Lindo, Sassoró, Jaguapiré, Pirajú, Paraguassu. As escolinhas eram construídas pelas comunidades, com ajuda do Cimi, que também fornecia material escolar e uma pequena ajuda em ali-

⁶ “Assimilacionista: As línguas e culturas indígenas são vistas como obstáculos a serem eliminados a fim de que o índio possa ser mais facilmente assimilado à sociedade nacional, substituindo sua identidade étnica pela de ‘cidadão aculturado’” (ROSSATO, Veronice. 1º Encontro de Pesquisadores das Populações Indígenas do Centro-Oeste. UCDB, 20/09/1996).

⁷ “Integracionista: As línguas e culturas indígenas são vistas como ‘ponto de transição’ para o aprendizado da língua e cultura oficiais, devendo o índio ser integrado à sociedade nacional (Idem).

mentação aos professores. Este esquema entretanto, funcionava em caráter provisório, fazendo-se urgente e necessário comprometer o poder público, em especial as Prefeituras Municipais para que assumissem as escolas, contratando os professores, fornecendo a merenda e construindo os prédios escolares de acordo com o desejo e necessidade das comunidades indígenas. Algumas prefeituras contrataram os professores, mas o fizeram sem critérios de qualificação para tal função, com o agravante de exigir resultados no espaço de um ano letivo, ao fim do qual, davam-se o direito de desacreditar da experiência, afirmando que não dera certo. A criação e o reconhecimento oficial das escolas indígenas sempre foi uma aspiração geral dos Kaiowá/Guarani pois, segundo eles, imprime força e legitimidade às iniciativas e reivindicações das comunidades. Desde 1989, os Guarani/Kaiowá, lutam pela implantação oficial de escolas regulares, próprias, com regimentos, calendários e currículos escolares diferenciados”⁸.

Conversando com professores e lideranças, percebe-se em seus depoimentos, que a escola não está desempenhando uma função favorável ao povo indígena. O professor João Machado, índio Kaiowá, curso superior em Matemática, hoje diretor da escola Tangatuí-Marangatu, da aldeia de Dourados, tem opinião formada sobre qual a escola necessária ao povo Kaiowá/Guarani: “*Eu tenho comigo, que a escola deveria ter assim... um projeto de inserir nos currículos, principalmente das séries iniciais o ensino. O ensino mesmo. O ensino materno, tradicional, típico... seria mais um ensino bilíngüe, valorizando mais usos e costumes... é por aí*”⁹. E continua tecendo uma crítica à escola que está presente nas aldeias:

⁸ ROSSATO, Veronice. 1º Encontro de Pesquisadores das Populações Indígenas do Centro-Oeste. UCDB, 20/09/1996.

⁹ Prof. João Machado - Entrevista concedida ao Prof. José Manfroi, da UCDB, no 8º Encontro de Professores e Lideranças Indígenas. Vila São Pedro, Dourados, 24/07/1997.

“Eu acho que a escola que temos hoje, pega a criança e leva no meio do caminho. Pára por aí. Eu acho que não é por aí. Deveria pegar o aluno, a criança índia, fazer que ela estudasse juntamente com sua cultura, o ensino bilíngüe no caso, e até se formar e tornar, retroceder ao passado para que ela preserve a cultura. Pois ela tendo assim uma visão do que foram os índios, como foram os antepassados, eu acho que podem traçar uma meta de reorganizar, readquirir essas riquezas naturais deles lá?”¹⁰.

Anastácio Peralta, já citado anteriormente, também dá sua opinião sobre um projeto de escola indígena diferenciada. Continuando um pouco mais esta conversa, perguntamos a ele:

“Ela pode ajudar porque a criança vai na escola. Ela vai ter a sua história verdadeira que o próprio professor índio vai contar. O que é ser índio, o que vem a ser AVÁ. O professor mesmo vai explicar a importância de um índio: Ele é o dono da terra, ele é o dono da natureza... é importante isso. Mesmo a maioria sendo não-índio, tem que ter na cabeça que ele não vendeu nem um palmo de terra prá ninguém. Roubaram mesmo dele. Então é onde ele vai crescer, ele vai falar: vou prá luta porque nós não tem nada vendido e nem assinado no papel também. (...) É muito importante na escola indígena, escrever na língua, falar na língua, porque eu mesmo, eu tentei ser branco uns tempos, um não-índio. Achei que ser não-índio era importante. Eu caí nesse conto. Muitas vezes, até a gente desfazendo dos próprios patrícios. (...) Mas não foi por aí. Graças a Deus, com os companheiros de luta, índios e entidades, recuperei e vim com muito mais força agora prá lutar com meu povo do que antigamente quando eu não pensava nisso. Achava que meu povo não era nação, não era nada”¹¹.

¹⁰ Idem.

¹¹ Peralta Anastácio. Entrevista concedida ao prof. José Manfroi, durante o 8º Encontro dos Professores e Lideranças Indígenas. Vila São Pedro, Dourados, em 25/07/1997.

Como imaginaria o futuro dos Guarani, o que seria um futuro feliz. Sua resposta, acreditamos ser o pensamento da maioria das lideranças mais conscientes:

“O futuro feliz é a gente se sentir numa nação, se sentindo uma raça, se sentindo que a gente também faz parte deste Brasil, ou parte deste universo, como cidadão importante. Agora, depende muito da sociedade não-índia porque a gente tem este preconceito do branco. A gente põe tudo num saco só. Mas tem muitos brancos que também ajudam a gente. Só que a gente está muito excluído. Nós somos uma média de 200 mil índios, mas para competir com quantos milhares de branco, aliás, milhões. (...) A gente precisa fazer um trabalho muito bom, pegar mesmo os companheiros indígenas interessados na luta, que tem seu espírito. Mesmo não tendo aquela cultura de antigamente, mas tem um espírito indígena, ele se sente uma nação, uma raça. Quer lutar pela comunidade, quer lutar pelo seu povo”¹².



Foto: Orlando Zimmer

1º Encontro de Educação Escolar Indígena da América Latina/MS, promovido pelo Colegiado de Educação Indígena.

¹² Idem.

Hoje o projeto de uma escola indígena, diferenciada, bilíngüe, intercultural está garantida na Constituição e na nova LDB¹³, e dentro de poucos anos estará efetivada em todas as comunidades Kaiowá/Guarani. No entanto, ainda não está claro, o que realmente seja este projeto pedagógico diferenciado. Faz-se necessário um trabalho de pesquisa nos diferentes campos do conhecimento para que possamos, coletivamente, desencadear o processo de construção desta escola. No entanto, continua a questão fundamental e que originou nosso projeto de pesquisa: **Qual a função desta escola diferenciada? Qual o seu papel? A serviço de que projeto de sociedade estamos buscando uma escola diferenciada?**

Em princípio, propomos uma escola significativa e inserida no cotidiano, colocando os profissionais da educação, índios e não-índios, como aliados destas comunidades.

Ser aliado, significa saber o que é possível reconstruir da cultura indígena e o que é essencial dominar da sociedade envolvente. Talvez o maior desafio seja conseguir conciliar no cotidiano desta escola a apreensão do saber da sociedade envolvente, da cultura ocidental, e , ao mesmo tempo, permitir que o saber acumulado pela comunidade indígena seja valorizado e assimilado pelos alunos. Esta opção representa um trabalho pedagógico a partir dos conhecimentos Kaiowá/Guarani sem, no entanto, estagnar neles. E, ao mesmo tempo, estimular o acesso aos conhecimentos historicamente sistematizados sem absolutizá-los.

Esta concepção nos leva a defender o ensino bilíngüe, a ampliação do quadro de professores índios, o intercâmbio sistemático entre escola e comunidade. Exige, de todos uma ação/intervenção conseqüente, respeitosa e politicamente definida a partir dos valores das crenças, do modo próprio de viver (*ñande reko*). Esta opção exige um trabalho de pesquisa sério e reflexivo pois, a qualquer momento

¹³ LDB - Lei de Diretrizes de Bases da Educação. Lei 9394/96, artigos 87 e 88.

estamos sujeitos a impor nossa forma de pensar, de ser, de reagir. Se não estivermos atentos podemos incorrer em manipulações bastante sérias, pois muitas diferenças fundamentais entre a cultura da sociedade envolvente e a cultura indígena são extremamente sutis.

Para exemplificar a complexidade do trabalho proposto, alertamos para o que Azevedo fala:

*“A escola não é uma instituição que atende, por exemplo, a família, ou grupos sociais, ou comunidades, ou clãs. A escola atende a uma classe de indivíduos. É na escola que começa a criação dessa idéia de “indivíduo”, que é o individualismo, uma idéia central na nossa cultura, mas que não é uma idéia central nas culturas indígenas”*¹⁴.

Este alerta, demonstra que não basta pensarmos em um novo currículo ou um novo calendário. É essencial conhecer e compreender as particularidades do “ser índio”.

Os resultados não satisfatórios das muitas iniciativas que já foram implementadas na educação indígena junto aos Kaiowá/Guarani na região sul do Mato Grosso do Sul, em grande parte se devem ao desconhecimento, desrespeito e à falta de clareza quanto ao projeto de sociedade a que esta educação está direcionada.

Estes poucos resultados justificam a urgência e a importância deste e outros projetos na busca efetiva da recomposição da qualidade de vida deste povo. Na prática, deve andar associado aos projetos desenvolvidos nas áreas da saúde, alimentação, meio-ambiente, comportamento e luta pela terra. Este projeto será de vital importância na consecução deste objetivo, como afirma a carta dos professores Kaiowá/Guarani ao Secretário de Educação do MS: *“Queremos, com a ajuda da escola, com uma educação que responda às nossas necessidades, conquistar a autonomia sócio-econômica e cultural e sermos*

¹⁴ AZEVEDO, 1997, p. 149.

reconhecidos como cidadãos etnicamente diferentes” (Movimento dos Professores Kaiowá/Guarani, 1991).

A análise e a definição do papel da escola na construção do projeto de sociedade Kaiowá/Guarani da região da grande Dourados, necessariamente deverá debruçar-se sobre o objeto de pesquisa através do método de pesquisa qualitativa, “... pois se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos...” (MINAYO, 1994).

Nosso trabalho, procurará explicitar a dinâmica das relações sociais no campo da educação, que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos que constroem um projeto de sociedade. Pretendemos trabalhar com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade da educação indígena em confronto com as estruturas e instituições educacionais da sociedade nacional. Nessa relação dialética iremos percebendo o papel diferenciado que a escola indígena tem na construção do futuro do povo Kaiowá/Guarani.

É um caminho de mão dupla: a reflexão e a ação; o estudo e leitura dos que já se debruçaram sobre o tema e a pesquisa direta com as lideranças, rezadores, pais e professores que estão pensando o papel da escola na comunidade Kaiowá/Guarani; a pesquisa e a análise de experiências que buscaram autonomia da escola indígena ligada a um projeto de sociedade a auscultação e explicitação deste “sonho” na comunidade Kaiowá/Guarani.

Para a construção deste trabalho de pesquisa pretendemos usar os seguintes instrumentos:

– levantamento bibliográfico e documental já existente sobre os Kaiowá/Guarani não só da grande Dourados, mas do povo Guarani em geral, afim de sistematizar o que há de comum nos projetos de sociedade destas populações;

– análise da documentação do movimento dos professores Kaiowá/Guarani da região, o qual já realizou oito grandes encontros anuais. Os referidos encontros já foram palco de muitos debates, discursos, documentos, pronunciamentos e conclusões que permitem visualizar nas entrelinhas, aspectos do projeto de sociedade desejado hoje pelo povo Kaiowá/Guarani;

– análise e sistematização do pensamento explicitado nos Aty/Guassu que periodicamente reúne a grande maioria das lideranças das comunidades Kaiowá/Guarani;

– entrevistas na forma oral e posteriormente transcritas, com lideranças, rezadores, pais e professores das comunidades Kaiowá/Guarani, com o intuito de registrar especificamente o pensamento sobre os dois aspectos que fazem parte deste objeto de pesquisa: a) a percepção de futuro para o povo Kaiowá/Guarani; b) a função da escola na construção deste projeto de futuro;

– desenvolvimento de atividades com as crianças que frequentam as escolas nas aldeias com professores índios, que permitam discernir o que a nova geração pensa de seu futuro que direta ou indiretamente lhe é proposto ou sentido.

Concluindo a reflexão inicial deste projeto de pesquisa fica claro o que Azevedo fala:

“A escola é uma instituição que sempre pensa no futuro, porque ela trabalha com as crianças. Então ela sempre pensa o que se quer fazer deste povo no futuro (...) Quando a gente fala em autonomia de escolas indígenas, a primeira coisa em que tem que pensar é isso: o projeto de futuro ao qual a escola está subordinada. Qual o projeto de futuro de cada povo indígena?”¹⁵.

¹⁵ Idem.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Marta Maria. Autonomia da escola indígena e projeto de sociedade. In: MEC/Mari/Unesco. *Viagem ao mundo indígena*. São Paulo : Berlendis e Vertechia, 1997. (Coleção Pawana, v. 1).
- BRAND, Antônio. *O confinamento e seu impacto sobre os Pã/Kaiowa*. Porto Alegre, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul.
- BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. Lei n. 9.394 (Lei Darcy Ribeiro), de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação para todo o território nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, 20 dez. 1996.
- CALDART, Roseli Salet. Sobre a função social da escola. In: *Revista Contexto & Educação*, Ijuí : Livraria Unijuí, n. 10, 1988.
- CAPACLA, Marta Valéria. *O debate sobre a educação indígena no Brasil (1975-1995)*. MEC/Mari, v. 1, 1995.
- CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. São Paulo : Saraiva, 1997.
- DANGELES, Wilmar; VEIGA, Juracilda (Orgs.). *Leitura e escrita em escolas indígenas*. São Paulo : Mercado de Letras, 1997.
- GANDIN, Danilo. Escola e cultura: uma forma de ver a questão e algumas propostas. In: *Revista Contexto & Educação*, Ijuí : Livraria Unijuí, n. 5, 1987.
- GRUPIONI, Luiz Donizete; SILVA, Aracy Lopes da (Orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília : MEC/Mari/Unesco, 1995.
- _____. *Viagem ao mundo indígena*. São Paulo : Berlendis e Vertechia, 1997. (Coleção Pawana, v. 1).

- MCLUHAN, T. C. *Pés nus sobre a terra sagrada*. 3. ed. Porto Alegre : L&PM, 1996. (Coleção Descobertas).
- MELIÁ, Bartomeu. *Educação indígena e alfabetização*. São Paulo : Loyola, 1979.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social*. Petrópolis : Vozes, 1996.
- MONTE, Nietta Lindenberg. *Escolas na floresta - entre o passado oral e o presente letrado*. Rio de Janeiro : Multiletra, 1996.
- PAULA, Eunice et alii. *História dos povos indígenas - 500 anos de luta no Brasil*. Petrópolis : Vozes/Cimi, 1987.
- RODRIGUES, Neidson. Função da escola de 1º Grau numa sociedade democrática. In: *Revista ANDE*, São Paulo, n. 8, 1984.
- ROSSATO, Veronice. *A luta pela educação escolar diferenciada entre os Guarani/Kaiowá do MS*. Comunicação apresentada no 1º Encontro de Pesquisadores sobre Populações Indígenas do Centro-Oeste, Campo Grande : UCDB, set. 1996.
- SILVA, Rosa Helena Dias da. Escola indígena: um caso particular de escola? In: D'ANGELIS, Wilmar; VEIGA, Juracilda (Orgs.). *Leitura e escrita em escolas indígenas*. São Paulo : Mercado de Letras, 1996. p. 170.